

## 1.

### Introdução

No dia 14 de janeiro de 2008, o jornal O Globo anunciava com destaque em seu caderno internacional: “Bush diz que Irã é ameaça à paz mundial”<sup>1</sup>. Na ocasião, o presidente norte-americano afirmou que “O Irã é a principal nação patrocinadora do terror no mundo”, e que os Estados do Golfo Pérsico devem se unir aos Estados Unidos para conter esta ameaça “*antes que seja tarde demais*”. Em meio a tantas outras, estas declarações do presidente George W. Bush são um exemplo da forma como o governo dos Estados Unidos vem se expressando para referir-se ao Irã desde 2002. Em agosto daquele ano, o mundo descobriu, através de uma conferência de imprensa do National Council of Resistance of Iran (NCRI), grupo de dissidentes exilados do regime iraniano, que o programa nuclear do Irã fora reativado, através da construção de duas centrais nucleares secretas, em Arak e Natanz<sup>2</sup>. Desde então, os Estados Unidos têm exercido pressões para que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) seja ativa no sentido de coibir as ações do Estado persa, a partir da acusação de que algumas das atividades empreendidas pelo Irã são destinadas à utilização militar. De seu lado, o Irã afirma, diante das pressões recebidas, que o objetivo deste programa nuclear é a utilização civil e, portanto, é condizente com as normas do regime internacional de não-proliferação nuclear. Por ser signatário do principal instrumento deste regime, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), o Estado persa alega ter o direito de realizar pesquisas nucleares, com a intenção de obter conhecimento de todo o processo de obtenção da energia nuclear, com base em seu artigo IV: “Nothing in this Treaty shall be interpreted as affecting the inalienable right of all the Parties to the Treaty to develop research, production and use of nuclear energy for peaceful purposes”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O GLOBO. *Bush diz que Irã é ameaça à paz mundial*. 14/01/2008 – caderno MUNDO, p. 19

<sup>2</sup> DELPECH, Thérèse. *L'Iran, la bombe et la demission des nations*. Autrement: Paris, 2006

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas. *Non-proliferation Treaty*. Disponível em: <http://www.un.org/events/npt2005/npttreaty.html>> Acesso em outubro de 2008

O debate internacional erigido sobre a necessidade de coibir a liberdade iraniana em desenvolver seu programa nuclear, e a garantia de um “direito inalienável” ao desenvolvimento desta, alçou o debate ao nível de prioridade da agenda internacional. Nem mesmo o reconhecimento, por parte de agências de inteligência norte-americanas, de que o Irã paralisara em 2003 seu programa nuclear bélico<sup>4</sup> foi capaz de aliviar a pressão exercida pelos EUA. No dia seguinte ao anúncio de que as atividades nucleares iranianas não são militares, O Globo anunciava que “Bush ainda vê perigo no Irã”<sup>5</sup>. Prosseguia, então, a campanha liderada pelos Estados Unidos e seguida por outros Estados, que tem por objetivo denunciar o perigo representado pelo Irã em posse de um programa nuclear. Através do discurso, os autores da “campanha” visam mostrar que o Irã representa um risco à estabilidade internacional. Tal risco não é imputado ao Irã devido, unicamente ao seu programa nuclear. O discurso criado é o de que o Irã é *essencialmente* perigoso, devido à sua história, suas relações com grupos considerados terroristas e sua ligação com a religião. Assim, o Irã não deve ser livre para avançar com programa nuclear iraniano, segundo este discurso, devido ao risco representado por este Estado.

O debate existente desde 2002, com a reativação do programa nuclear iraniano, mostra que a temática nuclear assume ainda hoje uma posição de centralidade nas relações internacionais. Os ecos da Guerra Fria, durante a qual houve um constante temor de que o antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética avançasse a ponto de as armas nucleares serem utilizadas, se fazem presentes nos dias atuais, ao gerar um temor de que mais armas nucleares possam ser criadas e que a utilização destas possa vir a se tornar uma realidade. De início, a queda da União Soviética e o fim da bipolaridade característica da Guerra Fria criaram uma sensação de segurança e otimismo, gerando reações que celebravam o “fim da história” (Fukuyama, 1992) e as possibilidades de uma atuação mais incisiva da ONU, e trouxeram consigo o ideal de um mundo no qual as armas nucleares pareciam não fazer mais sentido. O homem dos anos 1990 custou a perceber que o fim da Guerra Fria não significou o fim dos conflitos, e sim o deslocamento dos seus eixos. Se EUA e URSS não mais disputavam zonas de

---

<sup>4</sup> O GLOBO. *EUA investigam mistério de programa iraniano*. 04/12/2007 – Caderno MUNDO, p. 30

<sup>5</sup> O GLOBO. *Bush ainda vê perigo no Irã*. 5/12/2007 – Caderno MUNDO, p. 35

influência, as preocupações passaram a ser as guerras étnicas, religiosas e nacionalistas, como as que eclodiram seguidamente na África e na ex-Iugoslávia; se as relações entre os Estados pareciam apontar para uma direção mais pacífica, com o fortalecimento do multilateralismo e da ONU, passamos a nos defrontar com atores não-estatais fortalecidos, como grupos terroristas; e se as preocupações quanto à possibilidade de um conflito nuclear entre EUA e URSS não mais existiam, os chamados *rogue states* passaram a se configurar como o principal problema da proliferação nuclear.

O conceito de “*rogue*” como característica de um Estado, da forma utilizada nas relações internacionais, não tem uma tradução precisa para o português<sup>6</sup>, mas não há grandes dificuldades na caracterização destes Estados, visto que sua imagem está consolidada nos debates acadêmicos, nos meios diplomáticos e até mesmo no senso comum. *Rogue state*, segundo William Blum<sup>7</sup>, é um termo que se refere a Estados que ameaçam a paz mundial, e possuem características como regimes autoritários, desenvolvimento de armas de destruição em massa, desrespeito aos direitos humanos e financiamento do terrorismo. São Estados que geram desconfianças e, portanto, são enquadrados nesta categoria, como Estados que se encontram às margens do sistema internacional, participando dele como uma ameaça.

O critério na definição de quais Estados se encaixam nesta categoria de *rogue state*, entretanto, é político. Ou seja, de acordo com o interesse que um determinado Estado possui em construir uma imagem de risco de um outro Estado, atribui-se o adjetivo de *rogue* a ele. A partir do momento em que um Estado é reconhecido como *rogue*, ações contra ele são legitimadas e tidas como necessárias por outros Estados. A definição de um Estado nesta categoria tem por finalidade a abertura de possibilidades de ação contra ele, através da justificativa de que qualquer atitude tomada, por mais que seja extremada ou visando à concretização de objetivos particulares, tem por intenção tornar o mundo mais seguro ou neutralizar uma ameaça a todos os Estados.

---

<sup>6</sup> A tradução do termo proposta pelo dicionário Michaelis nos apresenta alguns significados que ajudam a compreender o seu significado: embusteiro, enganador, vadio, isolado, selvagem, nocivo e danoso.

<sup>7</sup> BLUM, William. *Rogue State*, 3rd Edition: A Guide to the World's Only Superpower. 2005

Como ressaltado anteriormente, não há critérios objetivos para a definição de um *rogue state*. Veremos, portanto, qual é o caminho percorrido para atrelar o adjetivo *rogue* a Estados contra os quais se tem interesse em agir. Para tal, utilizaremos o arcabouço teórico de Edward Said (1978), de modo a demonstrar que a representação de Estados perigosos é formada através de estratégias discursivas que moldam a maneira como se acessa o conhecimento relativo a estes eles.

## 1.1. Edward Said e o “orientalismo”

O argumento de Said<sup>8</sup> é o de que o ocidente “constrói” um Oriente, que funciona como uma maneira de afirmar a própria identidade ocidental. Esta construção, portanto, diz mais respeito ao ocidente do que ao oriente em si, visto que, segundo ele, não existe um “oriente” ontologicamente definido. Esta prática discursiva, empreendida pelo orientalismo, funciona primordialmente como uma influência à maneira como o ocidente enxerga a si próprio, e não à definição do oriente como ele realmente é. E tem como consequência a definição da própria identidade ocidental, em contraposição ao modo como o “outro” é percebido: “...o orientalismo é – e não apenas representa – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o ‘nosso’ mundo”<sup>9</sup>. O orientalismo em si tem a capacidade de definir esta dimensão da cultura ocidental pelo fato de ser visível e presente na cultura e identidade ocidentais. O orientalismo não está presente apenas em obras direcionadas a estudos de culturas. Encontra-se em diversas áreas, desde científicas com a tipificação do “homem oriental” através de estudos biológicos, até a literatura, com Flaubert, passando por teorias sociais, com autores como Karl Marx. Todos esses escritos “constroem” um oriente, ao qual imputam características que se contrapõem àquelas desejadas pelo ocidente para si. Desta forma, o oriente aparece como uma terra atrasada, incapaz de se auto-governar, habitada por povos subjugados, e donos por características que demonstram o desprovemento de uma racionalidade evoluída como a ocidental, como provam a naturalidade com que encaram o autoritarismo e a tendência à luxúria. A construção de um oriente exótico, sensual e atrativo serve como reforço à idéia da superioridade do ocidente, herdeiro natural da razão iluminista. Assim, o oriente deve ser observado e conhecido pelo ocidente, como um objeto de estudo científico.

Segundo Said, a tipificação do homem oriental como inferior por parte de escritores e teóricos ocidentais carece de credibilidade, visto que há a intenção de promover a representação do homem “racional” do ocidente em contraposição ao

---

<sup>8</sup> SAID, Edward. *O orientalismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007

<sup>9</sup> Said, 2007:41

homem emotivo e atrasado representado pelo oriental. O objetivo da construção desta dicotomia é político, na medida em que se apresenta o ocidente como superior ao Oriente. Como forma de garantir a legitimidade do conhecimento ocidental sobre o Oriente, os escritos ocidentais que criam uma determinada imagem do oriental são colocados acima de qualquer questionamento. A construção de um oriente inferior ao ocidente é permeada por argumentos tidos como imparciais e científicos, e portanto, afastados de qualquer valor moral ou político. Said mostra que a criação do conhecimento no ocidente é legitimada através do fim da distinção entre o conhecimento puro e o conhecimento político. A academia ocidental (com ênfase na academia norte-americana) cria conhecimentos baseados em fatores políticos, mas que são apresentados como conhecimentos científicos puros e imparciais. Esta academia se vê limitada pela imposição de que todo o conhecimento produzido “...seja apolítico, isto é, erudito, acadêmico, imparcial, acima de crenças sectárias ou doutrinas estreitas”<sup>10</sup>. Desta forma, o conhecimento que constata a superioridade do ocidente sobre o oriente não se deve, segundo este próprio conhecimento, ao fato de o ocidente ter o interesse em se constituir como uma esfera superior àquela ocupada pelo oriente, e sim a dados isentos e pautados em provas científicas.

A afirmação de que o conhecimento ocidental sobre o oriente é imparcial e científica cria a possibilidade de o ocidente agir com base no conhecimento criado. Assim, as ações ocidentais frente ao oriente se baseiam na crença de que o Oriente é aquilo que está descrito nos estudos ocidentais (inferior, preguiçoso, não-racional, perigoso). A partir da constatação de que ocidente e oriente se encontram em estágios diferentes dentro de uma mesma escala evolutiva, o primeiro, por ser mais evoluído, se vê numa posição na qual existe a possibilidade (e até mesmo o dever) de intervir no Oriente. Justificam-se atitudes como a colonização, uma vez que o Oriente, da forma como é construído, é incapaz de se auto-governar. A atuação do ocidente no Oriente é pautada, acima de tudo, no conhecimento criado sobre o “outro”. Visto que a produção de conhecimento pelo ocidente é tida como científica e imparcial, esta base teórica, que passa a permear todo o ideário sobre o Oriente, será tomada como base para as ações junto aos orientais. Tomando Lorde Balfour por base, em seu discurso de 1910 para a

---

<sup>10</sup> Said, 2007:37

Câmara dos Comuns da Inglaterra em busca de apoio para a empreitada britânica no Egito, Said demonstra qual é a visão defendida pelo eminente orientalista:

“Para Balfour, o conhecimento significa examinar uma civilização desde a sua origem ao seu apogeu ao seu declínio – e, claro, significa *ser capaz de fazer tal coisa*. (...) Ter esse conhecimento de tal objeto é dominá-lo, ter autoridade sobre ele. E a autoridade nesse sentido significa que ‘nós’ devemos negar autonomia a ‘ele’ – o país oriental – porque o conhecemos e ele existe num certo sentido, *assim como o conhecemos*”<sup>11</sup>.

O conhecimento criado pelo ocidente sobre o Oriente, portanto, não significa apenas uma reprodução da realidade, e sim a realidade em si, universal, tida por todas as esferas possíveis para possibilitar qualquer tipo de ação sobre o “outro”. O conhecimento é o poder, mesmo que esse conhecimento seja uma criação. Com isso, mesmo o poder, decorrente do conhecimento, representa uma criação.

Há uma clara relação entre o objeto do Orientalismo e uma parte específica daquilo que se chama de oriente, a saber, o Islã. Apesar de o Oriente ser uma entidade bastante ampla para os orientalistas, abrangendo toda a Ásia e abarcando dentro de si tudo o que se pudesse considerar exótico e “diferente”, a atenção dada ao Islã até o século XIX é notável, segundo Said.

Os motivos para isso são compreensíveis. Durante séculos, os muçulmanos foram o “outro” mais próximo e conhecido. O Islã representava aquilo que os europeus (o ocidente) deveria temer e combater, configurando-se como o grande desafio com o qual os europeus deveriam lidar, nos níveis político, intelectual e até certo ponto, econômico. Outras áreas orientais, como a Índia e a China não representavam oposição crível à supremacia europeia. Deste modo, o Orientalismo representava, acima de tudo, a postura europeia frente ao Islã, com o qual devia lidar com mais frequência. A representação do Império Otomano gerava um temor pela sobrevivência política europeia e pela manutenção do cristianismo como religião preponderante na Europa, visto que o crescimento dos fiéis ao islamismo apresentava um crescimento considerável. Até o século XVIII a memória de acontecimentos relativamente remotos, como as Cruzadas ou a dominação moura em regiões europeias como a Espanha eram lembradas com frequência, fazendo do Islã uma cultura com a qual o europeu sentia uma conexão de respeito, rivalidade e medo. As semelhanças religiosas, como a filiação ao

---

<sup>11</sup> Said, 2007:63, grifos no original

monoteísmo e a coincidência das áreas consideradas sagradas<sup>12</sup>; culturais, como a utilização da tradição judaico-helênica e a linguagem de base semítica; e principalmente geográfica, com a presença muçulmana às margens orientais da Europa, garantiam que o Islã fosse o “outro” mais próximo. Por mais que a Índia alimentasse a cobiça européia, tinha-se a consciência de que sua dominação estava atrelada às políticas entre Estados europeus, que definiriam quem dominaria esta região. O Islã, por outro lado, ostentava um perigo e, por isso, o ocidental devia dar maior atenção a ele.

Diante da necessidade de afirmação frente aos muçulmanos, fazia-se necessário afirmar a superioridade ocidental sobre o Oriente. Para tal, a cultura se mostrava como um ponto central de diferenciação com o “outro” muçulmano, trazendo a religião para o centro do debate. O homem ocidental precisava mostrar sua própria religião como superior ao islamismo. Não é surpresa percebermos que autores católicos como Dante Alighieri situam Maometto (Maomé) em uma posição negativa em *A Divina Comédia*:

“Está localizado no oitavo dos nove círculos do inferno, na zona das dez Malebolge, um círculo de valas sombrias que circundam a cidadela de Satã no Inferno. (...) Depois de Maomé há existem apenas os falsificadores e os traidores (...) antes de chegar ao próprio fundo do inferno (...).<sup>13</sup>

Seguindo o mesmo raciocínio, Said ressalta o fato de a religião muçulmana ser conhecida como Maometana, de modo a passar a idéia de ser uma mera imitação de uma verdadeira religião, a católica, por levar o nome de seu profeta. Maomé é deslegitimado como o fundador de uma verdadeira religião por ser um “blasfemo e fundador de uma heresia”, de modo que sua criação leva seu nome para mostrar que se trata somente da invenção de um homem particular. Autores como Edward Gibbon vão além e perfazem uma vasta biografia de Maomé<sup>14</sup>, de modo a retirar de sua imagem qualquer tipo de santidade que pudesse conferir uma legitimidade divina a suas revelações. Maomé é mostrado por Gibbon como um homem normal, um pecador, que não pode ser comparado a Jesus Cristo na criação de uma religião legítima e verdadeira. A deslegitimação deste pilar das sociedades muçulmanas, a religião islâmica, traz consigo a consequência de uma

<sup>12</sup> DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. Editora Contexto: São Paulo, 2004

<sup>13</sup> Said, 2007:109

<sup>14</sup> LEWIS, Bernard. *Islam and the West*. Oxford: Oxford University, 1993

deslegitimação de toda a sociedade muçulmana. Do ocidente, enxerga-se uma sociedade oriental que atrela boa parte de suas crenças a uma religião falsa e herege.

A existência de um conhecimento científico sobre esta sociedade permite que o ocidente se coloque num degrau superior na escala evolutiva, tendo como *dever* dominá-la de modo a permitir-lhe alguma evolução. A admiração sentida com relação ao povo mais próximo da Europa foi substituído pelo sentimento de que um fardo está sendo carregado pela sociedade evoluída, de modo a auxiliar, de forma benevolente, as sociedades atrasadas. Aos poucos, o ocidente percebe o oriental como inferior ao ponto de não ser possível qualquer ponto de diálogo, somente relações de forças desiguais<sup>15</sup>. O ocidente teme o Oriente criado por ele mesmo, de modo a não mais confiar nele ou vê-lo como possível parceiro em qualquer empreitada. Está criada a imagem do “outro”, de forma negativa e desconfiada, com base em preconceitos que se entranharam na cultura ocidental.

A herança orientalista pode ser sentida até os dias atuais, e podemos considerar que sua produção permanece ativa, com base em um legado consistente e presente na formação do pensamento ocidental e de sua concepção de mundo. Todo o imaginário construído ao longo dos séculos não deixa de influenciar a maneira através da qual o ocidente enxerga o oriente. Esta herança permanece forte atualmente, ditando preconceitos e mitos que separam oriente e ocidente em lados opostos e aparentemente inconciliáveis. A visão Orientalista de que o Islã representa uma cultura *perigosa* para o ocidente, baseada nas revelações feitas a um profeta embusteiro e violento, colocado próximo a Satã na hierarquia divina estabelecida por Dante Alighieri, tem um peso acentuado na formação do pensamento ocidental. Não podemos enxergar o Orientalismo como uma postura relegada ao passado, sem influências no atual estágio do relacionamento entre ocidente e oriente. O Orientalismo molda uma maneira de o ocidente perceber o oriente e inculca a idéia de que o Islã representa uma cultura e uma religião perigosas e deturpadas no imaginário comum do ocidental. Não é surpresa que os estereótipos criados a partir desta visão sejam tão presentes nos dias atuais, servindo de base para boa parte do relacionamento entre ocidente e oriente. Tais estereótipos são reificados, de modo que o relacionamento entre as

---

<sup>15</sup> Said, 2007

partes ainda se baseie na visão de que o Oriente é um espaço de atraso e de curiosidades exóticas, ao passo que o ocidente é percebido como um ente perturbador da ordem alheia, ganancioso e brutal com as tradições e crenças locais. Da mesma forma que representantes imperialistas, como Balfour, agiam com base na reificação do conhecimento sobre o “outro”, ainda hoje há espaço para que se tomem atitudes com relação ao “outro” com base unicamente nos estereótipos criados. O conhecimento estreito criado sobre o “outro”, fruto de simplificações, facilita a tomada de decisões, visto que é possível moldar aquilo é a outra parte, com a qual se deve lidar. O efeito da reificação das representações criadas sobre o oriente ultrapassa as barreiras da literatura ou da simples forma como o ocidente percebe o oriente, mas atinge a própria possibilidade de o oriental se portar como um ente autônomo, capaz de se posicionar e se auto-gerir.

A partir deste ponto de vista, percebemos que o posicionamento político do oriente é manipulado pelo ocidente. O oriental não ocupa uma posição de autonomia política, de modo a poder decidir por si só a sua opinião acerca de sua própria realidade. O oriental não tem condições para distinguir o que pode ser bom ou ruim para si e o ocidente tem o dever de assumir este fardo. Desta forma, o oriental perde sua própria identidade como ente político. Uma vez que seu posicionamento frente a qualquer debate pouco importa, visto que ele não tem discernimento suficiente para tomar boas decisões, a política é deixada a cargo do ocidente. Para os orientalistas, as categorias políticas existentes no ocidente sequer são aplicáveis aos orientais, e por isso, o Oriente não deve ser inserido dentro de qualquer quadro histórico, político ou econômico. Partindo do pressuposto de que o oriental não leva estes fatores em conta, o orientalismo sequer vislumbra a possibilidade de o oriente se encaixar em categorias políticas utilizadas no ocidente, por não haver política no Oriente. O ocidente, com sua capacidade de compreender a realidade oriental, por ter conhecimento *aprofundado* e *total* de sua história, é que deve agir sobre o Oriente de modo a lhe garantir as melhorias das quais precisam.

A impossibilidade de enxergar no oriental um verdadeiro interlocutor político decorre ainda de suas deficiências no que tange a processos mentais, avessos a raciocínios lógicos e informações precisas. O oriental é tido como impreciso e vago, impossibilitando com isso qualquer tipo de diálogo que vise a

uma tomada de decisões séria. A tendência à mentira e à falsidade se justifica pela falta de clareza mental, que impede o oriental de assumir uma posição e manter-se nela até o fim, defendendo seus argumentos sem cair em qualquer contradição. A mente ocidental, fortemente calcada na razão e na coerência de palavras e ações, deve se precaver e agir de acordo com seu próprio juízo, sem dar grandes atenções para opiniões vindas de orientais. Said cita uma passagem de Hamilton Gibb em seu *Modern Trend in Islam*, no qual esta visão fica clara: “é (...) difícil para um estudioso ocidental compreender (...) a aversão do muçulmano pelos processos mentais do racionalismo”<sup>16</sup>. Para o ocidente é interessante desqualificar o posicionamento do oriental, de modo a possibilitar a tomada de quaisquer atitudes sem se preocupar com oposições. Desta forma, o Oriente está excluído da política com o ocidente.

A epistemologia proposta pelo orientalismo molda a maneira como o ocidente, como um todo, vê o outro, em diversas esferas. Crescemos e somos educados a identificar o árabe como um terrorista, a mulher oriental como sensual, o oriental como ignorante. Histórias infantis e juvenis, carregadas de aventuras e mistérios se passam em terras orientais e nos formamos como adultos tendo uma determinada concepção do que é o Oriente. O conhecimento genuinamente ocidental é tratado como um traço de tradicionalismo, sendo ressaltado como um conhecimento “milênar”, localizando os únicos méritos do oriente em seu passado<sup>17</sup>. Diversas traduções de histórias orientais tradicionais, como “As mil e uma noites”, reforçam a maneira como imaginamos a realidade oriental, sem que o oriente tivesse muito a dizer sobre ele mesmo. E não podemos afirmar que estas visões construídas sobre a imagem do oriente se limitem ao senso comum. O orientalismo da forma descrita por Said tem fortes implicações na maneira como o ocidente compreende o oriental, e não devemos crer que esta compreensão fica de fora da política. Basta tomarmos por base as políticas coloniais empreendidas por britânicos ou franceses, que se baseavam no conhecimento criado por orientalistas para guiar suas ações *outrre-mer*.

---

<sup>16</sup> Gibb apud Said, 2007: 157

<sup>17</sup> Segundo essa concepção, o oriente atual nada mais é que uma degeneração de um passado no qual o oriental merecia respeito por seu avanço. Atualmente, só o que se respeita no oriente é o seu passado (Said, 2007).

Não há indícios de que a influência do orientalismo nas políticas dos governos tenha mudado substancialmente. A maneira de ver o “outro”, consolidada ao longo dos séculos XIX e XX através de textos e ações, invade o século XXI. Os ataques terroristas de 11 de setembro e a Guerra ao Terror que os sucedeu são demonstrações de que a maneira como o oriental é visto está ligada à tradição orientalista. O descaso com o qual os Estados Unidos tratam questões sectárias no Iraque (seguindo a lógica de que a política e a história não têm peso para o oriental) e as caricaturas retratando um Maomé terrorista são mais exemplos do peso que a tradição orientalista tem sobre a maneira como vemos as diferenças entre ocidente e oriente ainda hoje e até mesmo em esferas governamentais.

A partir da constatação de que o orientalismo se mantém presente no ideário político ocidental, este trabalho tem a intenção de mostrar qual é a influência prática que esta “herança” exerce sobre a política internacional atual. Nesta pesquisa, queremos testar se estas representações de alteridade atingem a atuação das organizações internacionais. Buscaremos mostrar que existe a construção deliberada de representações de alteridade que visam a construir um entendimento intersubjetivo de que o Irã representa uma ameaça.

O entendimento intersubjetivo se baseia na construção de uma compreensão compartilhada pelos membros de um determinado grupo, o que se mostra essencial para a existência de comunicação entre os indivíduos. Segundo Habermas, “o processo do entendimento na comunicação ocorre no fundamento de uma relação intersubjetiva”<sup>18</sup>. A intersubjetividade é, portanto, a base do processo de comunicação, por significar o compartilhamento da subjetividade de cada indivíduo entre os integrantes de um grupo. Este compartilhamento possui três pretensões de validade a cada ato de fala: a) verdade; b) correção; e c) autenticidade. Cumpridas estas três pretensões, “é estabelecida uma relação complexa de subjetividade (do falante), objetividade (o receptor) e intersubjetividade (a sociedade)”<sup>19</sup>. Dessa forma, os atos de fala são instrumentos que funcionam como propagadores da subjetividade individual, construindo uma

---

<sup>18</sup> HABERMAS, 1976, apud GRANT, Colin. *Intersubjetividade: uma necessidade social ou impossibilidade cognitiva? Uma contribuição ao debate entre Habermas e Luhmann*. Princípios Ano 04, n 05, p. 05-28, 1997

<sup>19</sup> idem, p.9

subjetividade compartilhada – a intersubjetividade. Segundo Habermas, o esforço pelo compartilhamento da subjetividade – a construção da intersubjetividade – é uma prática discursiva promotora da integração social<sup>20</sup>, pela construção de idéias que são compartilhadas por um determinado grupo, conferindo a ele um sentimento de unidade.

A partir deste pensamento, podemos compreender a construção da idéia de *self* e *other*, tema presente nos debates da pós-modernidade empreendidos entre outros, por Michel Foucault. Nas relações internacionais, o tema da constituição do “outro” é desenvolvido por David Campbell, que afirma que a construção de um perigo externo, através da política externa, é necessária para a afirmação da condição de existência do próprio Estado. Utilizando especificamente o caso dos Estados Unidos, Campbell afirma:

“...foreign policy (...) privileged discourse of danger for the state that participate in an ongoing and more general ‘evangelism of fear’ along with other discourses and practices. Its effect is to bring into being and domesticate the identity in whose name it operates, a process that gives rise to a ‘geography of evil’ whereby threats to the putatively secure inside are said to originate from a distinct, distant, and morally inferior outside.”<sup>21</sup>

Num argumento similar ao de Edward Said, Campbell considera que a construção de um “outro” distinto, distante e inferior, é um instrumento para a afirmação de uma identidade própria. Este autor afirma que a necessidade de substituir a União Soviética como ameaça externa ao fim da Guerra Fria levou os Estados Unidos a buscarem novos inimigos, identificando como ameaça, a partir de então, países como Irã, Iraque, Cuba, Coreia do Norte, além de fundamentalistas muçulmanos e até mesmo asteróides em rota de colisão com a Terra<sup>22</sup>. A afirmação de que o ambiente interno dos Estados representa segurança perante os riscos existente “do lado de fora” (perfazendo a dicotomia entre soberania e anarquia) está presente também no conceito de “prática heróica”, de Richard Ashley. Segundo Ashley, a soberania se apresenta como solução para os problemas representados pela anarquia, na medida em que garante racionalidade,

---

<sup>20</sup> ibidem

<sup>21</sup> CAMPBELL, David. “Violent performances: identity, sovereignty, responsibility” in LAPID, Y. e KRATOCHWIL, F. *The return of Culture and identity in IR Theory*. Lynne Rienner Publishers, 1996 p. 167

<sup>22</sup> idem

previsibilidade, progresso e sentido, como forma de mitigar características da anarquia, como o perigo, a contingência e a circularidade<sup>23</sup>. A soberania se apresenta como uma forma de controle, capaz de mitigar a anarquia, que se encontra além das fronteiras. Partindo desta concepção, Ashley considera que aquilo que é externo é visto como risco, ameaça e contingência, ao passo que aquilo que está contido na soberania é visto como progressivo e seguro.

Dessa forma, Ashley se coaduna com Campbell no sentido de afirmar que o risco e a ameaça são imputados ao “outro”, ao diferente, àquele que está do lado de fora do que consideramos ser a nossa segurança. O conceito de intersubjetividade, discutido anteriormente, nos fornece embasamento para pensarmos *quem* se encontra do lado de fora e, portanto, quem representa a ameaça. A intersubjetividade é o compartilhamento de determinados significantes pelos integrantes de um determinado grupo. Nesse sentido, aqueles que não compartilham dos significantes de um grupo podem ser considerados o “outro”, que possui traços de alteridade perante o *self*. A própria definição de quem é o *other* é indicativa da identidade do *self*. Segundo William Connolly, “Identity and difference are bound together. It is impossible to reconstitute the relation to the second without confounding the experience of the first”<sup>24</sup>. A construção da alteridade, portanto, está ligada à afirmação da própria identidade. Como efeito paralelo, temos a imputação de características negativas e inferiores àquele considerado como o “outro”.

Neste trabalho, argumentamos que existe a construção de representações de alteridade contra o Irã, no sentido de apresentar este Estado como o “outro” e, portanto, perigoso e ameaçador. Tais representações são construídas discursivamente com o objetivo de mostrar o Irã como um Estado ao qual não pode ser concedida liberdade no desenvolvimento da tecnologia nuclear, por ser este Estado uma ameaça, no qual não se pode confiar. Contra o Irã, portanto, a atuação internacional, segundo este discurso, deve ser rígida, no sentido de coibir a possibilidade de Estado desenvolver a tecnologia nuclear. Tal discurso visa à construção de um entendimento intersubjetivo de que o Irã representa um risco e

---

<sup>23</sup> ASHLEY, Richard. “Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique”. *Millennium - Journal of International Studies*, Vol. 17, No. 2, 227-262 (1988)

<sup>24</sup> CONNOLLY, William E. “Identity and difference in global politics” in DER DERIAN, J. e SHAPIRO, M. *International/intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. New York: Lexington Books, 1989

deve ser tratado com rigor. As declarações oficiais e a atuação da mídia digital, televisiva e impressa, auxiliam na propagação de um entendimento compartilhado de que o Irã é perigoso e deve ser tratado com rigor.

Nossa base teórica será aquela estabelecido por Edward Said em “O orientalismo”, como modo de argumentarmos que o Irã é “orientalizado”. É importante frisar que não utilizaremos “O orientalismo” como base para a argumentação de que o Irã é rotulado como um Estado “diferente” e perigoso” pelo fato de ser um Estado asiático, e portanto, oriental. Ao invocarmos a “orientalização”, temos por objetivo expressar um mecanismo de diferenciação, através do realce de traços que denotam a alteridade do Irã. Cremos que existe a possibilidade de “orientalização” de qualquer entidade, por qualquer entidade. Prova disso é que nesta pesquisa utilizaremos a Arábia Saudita, um Estado geograficamente oriental, como um Estado que “orientaliza” o Irã, através de discursos que ressaltam traços de alteridade referentes ao Estado persa.

## 1.2. Esclarecimentos metodológicos

O interesse desta pesquisa é testar a influência que as representações de alteridade construídas sobre o Irã têm sobre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), instituição do sistema ONU que centraliza as atividades nucleares desta organização, tendo como uma de suas atribuições o monitoramento das ações dos Estados no tocante à tecnologia nuclear. A intenção desta pesquisa é saber em que medida a construção de representações sobre o Irã distorcem o tratamento da AIEA sobre seu programa nuclear, de modo a impedir ou alterar a aplicação das regras estabelecidas.

Para tal, traçaremos neste trabalho o perfil do regime internacional de não-proliferação, como forma de conhecermos quais são as normas existentes para os programas nucleares. A centralidade da AIEA na elaboração e na fiscalização das normas referentes à não-proliferação faz com que a agência seja o *locus* ideal para a realização da pesquisa. Desde sua criação, na década de 1950, a agência tem papel central no tratamento das políticas nucleares, sendo responsável por zelar pelo cumprimento das normas criadas posteriormente, como o Tratado de não-proliferação (1968) e o Protocolo Adicional 93+2 (1997). Através desta análise, poderemos compreender quais são as normas referentes à não-proliferação nuclear e, portanto, quais são os deveres e obrigações da AIEA. Tal trabalho será realizado no Capítulo 2 deste trabalho (“O regime internacional de não-proliferação nuclear”)

As normas do regime internacional de não-proliferação servirão de base para a avaliação da atuação da AIEA. Nesta pesquisa testaremos se a agência segue as normas do regime, não obstante as pressões advindas de Estados que advogam a necessidade de uma postura rígida frente ao Irã. Para tal, caracterizaremos como determinados Estados – Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita – constroem representações de alteridade e risco atreladas ao Irã, com o objetivo de construir um entendimento intersubjetivo de que este Estado não pode possuir um programa nuclear, devido ao risco de construção de armas nucleares.. A seleção destes três Estados se dá por considerarmos que estes são os principais “rivais geopolíticos” do Irã na região. São os Estados que mais se contrapõem a uma ascensão do Irã como potência nuclear. Por mais que não existam provas de

que o Irã possui um programa nuclear de uso militar, estes Estados se preocupam com a possibilidade de o Irã obter a tecnologia necessária para a fabricação de armas nucleares, que poderiam alterar a lógica da segurança regional.

O primeiro Estado selecionado para verificarmos a criação de representações é os Estados Unidos. Apesar de ter sido um parceiro do Irã até os anos 1970, devido ao posicionamento político do Xá Reza Pahveli, até então governante do Irã, a Revolução Islâmica de 1979 afastou os dois Estados definitivamente. Uma série de medidas foram tomadas pelos EUA desde então de modo a pressionar o Irã e propiciar a queda do regime iraniano, que se mostra como um empecilho à influência norte-americana no Oriente Médio, região tida como estratégica pela abundância de recursos energéticos, como petróleo e gás natural<sup>25</sup>. Desde o início do contencioso envolvendo o programa nuclear iraniano, em 2002, os Estados Unidos têm sido a voz mais presente na construção de representações de um Irã ameaçador à estabilidade internacional. Utilizaremos como referência para este trabalho as declarações de presidentes norte-americanos desde a eclosão da Revolução Islâmica em 1979, até o governo de George W. Bush.

Utilizaremos como fontes os discursos de presidentes dos Estados Unidos no “State of the Union Adress”, pronunciamento representativo no qual o mandatário norte-americano relata as prioridades de seu governo. Consideramos que a menção ao Irã neste discurso é indício da atenção dada pelos Estados Unidos ao Estado persa. Além do “State of the Union Adress”, utilizaremos declarações de presidentes norte-americanos e de funcionários do alto-escalão publicados na imprensa. Consideramos que a publicação de declarações, que constroem representações de alteridade e risco sobre o Irã, na imprensa fazem parte da divulgação de uma determinada interpretação de o que é o Irã, que divulga o Estado persa como risco a toda a comunidade internacional.

O segundo Estado a ser tomado como uma referência para a construção de representações sobre o Irã é Israel. O Estado hebreu é um dos principais alvos do governo iraniano que, desde a Revolução de 1979, não reconhece sua existência. O presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, é agressivo ao afirmar que “riscaria Israel do mapa” e que o holocausto deve ser reestudado, pois não há

---

<sup>25</sup> DELPECH, Thérèse. *L'Iran, la bombe et la demission des nations*. Autrement: Paris, 2006

provas concretas de sua existência. Além disso, Israel vê com apreensão o avanço do programa nuclear iraniano, que aproximaria o Irã do conhecimento necessário para a fabricação de armas nucleares. Apesar de Israel não admitir a posse de armas nucleares, devido à sua política de “opacidade nuclear”<sup>26</sup>, é consenso entre os acadêmicos a existência destas armas em Israel. Dessa forma, a possibilidade de o Irã atingir o *threshold* nuclear gera preocupações estratégicas ao governo israelense, que seria obrigado a lidar com uma reestruturação da segurança regional. Por estes motivos, Israel vê com apreensão o avanço do Irã na seara nuclear, que é interpretado como um risco à estabilidade do Oriente Médio. Por isso, Israel empenha-se em mostrar o Irã como uma ameaça à estabilidade regional, principalmente pelo temor em ver o fortalecimento de um rival na região.

Nossas fontes serão discursos e declarações de primeiros-ministros israelenses, disponíveis na página oficial do Ministério de Assuntos Estrangeiros Israel na internet ([www.mfa.gov.il](http://www.mfa.gov.il)). A utilização desta fonte nos traz como limitação a disponibilização de discursos posteriores a 1993, o que nos traz dificuldades para a realização de uma análise dos discursos anteriores. Mas por se tratar de uma fonte oficial, utilizaremos estas declarações como fonte, mesmo que tenhamos uma limitação temporal em nosso estudo, iniciando-o na década de 1990.

Por fim, utilizaremos o posicionamento da Arábia Saudita com relação ao programa nuclear iraniano. Este Estado, pertencente à mesma religião, mas em um outro ramo religioso (é sunita, ao passo que o Irã tem maioria xiita), também tem interesses em manter o Irã enfraquecido por motivos estratégicos, devido ao desequilíbrio de poder que se instalaria na região. Por mais que os sauditas sejam mais poderosos do que o Irã no que tange a armamentos convencionais<sup>27</sup>, a preocupação saudita diz respeito à possibilidade de o Irã avançar no aprofundamento da tecnologia nuclear criando a possibilidade de produzir armamentos nucleares. Tal fato reduziria a importância relativa da Arábia Saudita na região. Cabe ressaltar ainda o fato de a Arábia Saudita ser um dos Estados mais importantes do Islã, por ser o berço desta religião e por abrigar cidades

---

<sup>26</sup> COHEN, Avner. *Israel and the bomb*. Columbia: New York, 1998

<sup>27</sup> NOYES, James. “Iran’s Nuclear Program: impact on the security of the GCC” in *Iran’s nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

consideradas sagradas pela tradição muçulmana. A possibilidade de o Irã se fortalecer pode criar um enfraquecimento da Arábia Saudita no que tange à influência sobre os muçulmanos.

A sessão na qual caracterizamos a construção de representações iranianas pela Arábia Saudita se mostra problemática pela escassez de fontes. Diferentemente de Estados Unidos e Israel, que disponibilizam discursos de seus mandatários em canais oficiais, inexistem arquivos acessíveis na internet com discursos do Sultão saudita ou de membros do governo. Para superar esta dificuldade, que se apresenta como a principal de nossa pesquisa, recorreremos a especialistas que comentem a posição política da Arábia Saudita frente ao Irã, e às poucas declarações do Sultão saudita divulgadas na imprensa. Ainda assim, temos consciência de que esta solução não supre as necessidades da pesquisa, apesar de atenuar os efeitos da inexistência de fontes.

A presença da Arábia Saudita nesta pesquisa, mantida apesar da constatação de que há poucas fontes disponíveis, se justifica na medida em que traz a posição de um Estado oriental frente ao Irã. Através da análise da posição saudita, poderemos perceber que um Estado oriental pode “orientalizar” outro Estado a partir da percepção de que há uma ameaça aos seus interesses. Assim, a “orientalização” do Irã não é feita apenas por Estados com culturas ocidentais, como Estados Unidos e Israel, mas também por um Estado muçulmano, tido como oriental.

A seleção destes três Estados não é, de forma alguma, exaustiva. Mas sua seleção nos dá um parâmetro para analisarmos de onde partem posições oficiais de Estados que se contrapõem à possibilidade de existência de um programa nuclear iraniano. A criação destas representações, quaisquer que sejam suas particularidades, tem por objetivo mostrar que o avanço do programa nuclear do Irã terminará por gerar instabilidades regionais. Tais preocupações são materializadas pela mídia de modo que a visão de que há uma ameaça seja difundida, tornando a necessidade de frear os avanços do Irã um tema da agenda internacional, com legitimidade frente à opinião pública e aos Estados. A construção da ameaça iraniana, motivada por interesses particulares de cada Estado, têm o efeito de tornar o caso iraniano uma prioridade *global*, a ser assumida por Estados e órgãos internacionais, como a ONU.

Para configurar esta criação de representações, utilizaremos duas fontes primordiais: a) declarações oficiais de representantes de governos; b) notícias veiculadas na imprensa nacional, acerca do programa nuclear iraniano e das declarações oficiais. A intenção de selecionar estas duas fontes pauta-se na premissa de que tais meios de expressar opiniões são capazes de mostrar o risco representado pelo Irã. A partir do momento em que representantes de Estados alertam para o risco que o avanço do programa nuclear iraniano constitui, cria-se uma cultura de resistência à idéia de que o Irã possa ter tal programa. A imprensa, por sua vez, influencia a opinião pública quanto à necessidade de impedir o Irã. Portanto, se as declarações oficiais “criam” a ameaça, a mídia veicula tal criação e ajuda a legitimar os pleitos oficiais de que se deve agir para impedir os avanços iranianos nas pesquisas nucleares.

Como meio de corroborar o argumento de que as representações de alteridade construídas sobre o Irã têm por base a existência de interesse particulares dos Estados envolvidos, analisaremos a história do Irã ao longo do século XX. Perceberemos que o Irã foi “orientalizado” pelas nações mais influentes no Oriente Médio em momentos nos quais o regime iraniano era visto como negativo aos interesses particulares destes Estados. O contencioso nuclear atual é mais um momento no qual nações influentes no Oriente Médio “orientalizam” o Irã, devido ao risco associado ao avanço de seu programa nuclear. Tal trabalho será realizado no Capítulo 3 (“A Construção da ameaça”).

Constatada a construção de representações de alteridade referentes ao Irã, analisaremos a atuação da AIEA no contencioso nuclear iraniano. Para tal, faremos uso de fontes primárias, com documentos da agência, disponíveis em sua página na internet ([www.iaea.org](http://www.iaea.org)), e fontes secundárias, como forma de compreendermos os passos do tratamento relativo ao programa nuclear iraniano. Nossa análise se iniciará em 2002, com o início do tratamento do contencioso iraniano pela AIEA, a partir da revelação da existência de atividades nucleares clandestinas em Arak e Natanz, e se estenderá até 2006. Em novembro de 2006, o tema do programa nuclear iraniano foi apreciado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, devido à falta de conclusões da AIEA. A partir de então, consideramos que o tema do programa nuclear iraniano foi removido da esfera técnica, com a qual a AIEA está comprometida, e passou para a esfera política do

Conselho de Segurança. Avaliaremos como se procedeu a transição do tema da AIEA para o Conselho de Segurança, de modo a compreendermos se as pressões políticas foram responsáveis por esta mudança.

Desse modo, teremos base para avaliarmos se a AIEA cumpre com suas atribuições, de avaliar os programas nucleares de forma técnica. As conclusões da agência devem ser feitas com base nas normas, e não influenciadas pelos discursos que dão conta de que o Irã representa uma ameaça. Assim, avaliaremos se a atuação da AIEA é neutra, ou se os discursos que constroem o Irã como um Estado perigoso e ameaçador têm influência na atuação da agência. Para tal, avaliaremos se as decisões da agência, expressas em seus relatórios, se coadunam com as regras estabelecidas pelos instrumentos do regime internacional de não-proliferação. A análise dos procedimentos da agência será apresentada no Capítulo 4 deste trabalho (“O Irã e a AIEA”).

Por fim, na Conclusão, buscaremos fazer um balanço do regime internacional de não-proliferação nuclear com base nas evidências encontradas no caso iraniano. Analisaremos, então se este regime está preparado para lidar com casos diferenciados como é o iraniano, no qual a adesão a acordos que compõem tal regime não são suficientes para construir relações de confiança entre este Estado e os outros. Buscaremos concluir, enfim se o regime está maduro o suficiente para lidar com a política internacional atual, na qual o acesso à tecnologia é facilitado, mas os meios de fiscalização e controle permanecem precários.

Assumimos como hipótese a manutenção da AIEA na esfera técnica, afastando o debate da política, e portanto, cumprindo com suas atribuições. Acreditamos que a atuação do Diretor-Geral Mohammed El-Baradei é fundamental para a manutenção da agência afastada de debates políticos – e portanto imune à criação de representações de alteridade – devido ao seu foco na utilização de dados técnicos para avaliar os programas nucleares. Não por acaso, El-Baradei, expressou sua preocupação em “insular a agência do debate político”. Tal preocupação o credencia a lidar com as pressões políticas de forma sábia e ponderada.